

Boletim do Núcleo de Agronegócio - Ano V nº 016 10/05/2010 - Fone: 3340 3081

Cotação de Preços (10/05/10)	R\$	Recortes
Feijão Carioca ¹ - R\$110,00 a R\$ 150,00/ sc de 60 kg Milho ² - R\$ 14,00 / sc de 60 kg Soja ² - R\$ 32,50 / sc de 60 kg	→ → ↑	Agronegócio: Drawback Integrado beneficia empresas do setor . As empresas do setor agropecuário serão beneficiadas pelo sistema que concede, por até dois anos, benefícios fiscais para a compra, no mercado interno ou externo, de bens empregados na fabricação de produtos destinados à exportação. O novo Drawback Integrado entrou em vigor nesta semana e suspende por um ano - prorrogável por mais dois - a incidência de tributos federais, como Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
HORTALIÇAS³ (Preço líquido pago ao produtor) Alface - R\$ 7,00 / cx de 7 kg Beterraba - R\$ 25,00/ cx 20 kg Cenoura - R\$ 15,00 / cx 20 kg Chuchu - R\$ 15,00 / cx 20 kg Couve Manteiga - R\$ 0,55 / (maço 500 g) Couve Flor - R\$ 28,00 / Dz Mandioca - R\$ 9,00 / cx 20 kg Morango - R\$ xxx / caixa (04 cumbucas de 350 g) Pimentão - Campo R\$ 15,00; Estufa R\$ 20,00 / cx 12 kg Quiabo - R\$ 32,00 / cx 12 a 14 kg Repolho - R\$ 15,00 / sc 20 kg Tomate - R\$ 28,00 / cx 20 kg	↓ ↓ → ↑ → ↓ → xx → ↑ ↓ →	Novas regras para apoiar a comercialização da safra . O governo decidiu alterar as regras para a concessão de subsídios à comercialização da atual safra de grãos. Após prolongadas negociações entre os ministérios da Fazenda e da Agricultura, o governo resolveu promover leilões regionalizados dos prêmios de comercialização, com valores diferentes para cada região produtora do país Fonte: Valor Econômico para assinantes
FRUTICULTURA³ (Preço líquido pago ao produtor) Goiaba - R\$ 38,00/ cx 20 kg Maracujá - R\$ 1,20 / kg Tangerina Ponkan - R\$ 10,00/ cx 20 kg Limão - R\$ 15,00 / cx 20 kg	→ → → →	Bolsa da Carne ganha concorrente com leilão virtual de boi da Assocon O sistema eletrônico de comercialização de gado Bolsa da Carne, da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), acaba de ganhar um concorrente: a Associação Nacional dos Confinadores (Assocon) lançou a ferramenta virtual Plataforma de Negociação de Boi Gordo. Segundo Juan Lebrón, diretor executivo da Assocon, a ideia do sistema é valorizar a transação do boi peso-vivo e proporcionar flexibilidade de compra e venda. O primeiro pregão está previsto para 16 de junho. "Os pecuaristas podem negociar semanalmente com diferentes compradores e os frigoríficos acessar diferentes lotes, à vista ou a prazo", afirma. Fonte: DCI - Diário do Comércio & Indústria
PECUÁRIA Bovino Arroba ⁴ - R\$ 74,00 Não Rastreado e R\$ xxxx Rastreado Bezerro 8 a 12 meses (nelore ou anelrados) ⁵ - R\$ 650,00 Leite Litro ⁶ - Pro-Leite:R\$ 0,68 ; Fora do Pro-leite:R\$ 0,66 Extra Cota: R\$ 0,55 Frete: R\$ 0,054/L Suíno ⁷ - Vivo Kg - R\$ 2,70 Aves ⁷ - Frango Vivo Kg - R\$ 1,50 -- Galinha Caípira ⁸ Unidade (± 1,7 Kg) - R\$ 22,00 Carneiro ⁹ Kg - R\$ 3,50 (Borrego) - carcaça R\$ 7,00; R\$ 2,50 ovelha e carneiro para descarte - carcaça R\$ 5,80 Peixe ¹⁰ (Tilápia) (Preço líquido pago ao produtor) Kg - R\$ 2,90 Avestruz ¹¹ - vivo Kg - R\$ xxx	→ → → → → → → ↑ → → → → → →	Feijão sob intervenção . Enquanto os produtores de feijão tentam se organizar para disciplinar o mercado e valorizar as cotações levando as negociações para a Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), o governo federal elegeu o alimento como um dos maiores vilões da cesta básica e planeja medidas para conter a inflação. Para segurar os preços no campo e aliviar a pressão no bolso do consumidor, o governo vai vender parte dos estoques públicos do grão Fonte: Gazeta do Povo

Governo tenta turbinar óleo de Palma

Um plano de estímulo ao plantio de dendê e à produção de óleo de palma no país, commodity de múltiplos usos industriais cuja demanda mundial triplicou nos últimos dez anos. O plano “Palma Verde” inclui medidas de contenção da expansão desordenada do dendê por meio de um zoneamento agroecológico (clima e solo) e controle por satélite sobre o plantio, mesmo em áreas desmatadas legalmente após 2008.

Preocupado em evitar uma corrida imobiliária e desmatamento da floresta, o governo enviará ao Congresso um projeto de lei para restringir o cultivo de dendê a 31,8 milhões de hectares de “áreas aptas”. Mesmo assim, apenas 13,6% dessa área será liberada para produção. O governo quer induzir o plantio em áreas degradadas da região Norte e como substituto da cana-de-açúcar no Nordeste, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Mas se a área tiver vegetação nativa, ficará proibida de cultivar dendê por tempo indeterminado. “Só pode plantar em área aberta antes de 2008”, afirma a subchefe-adjunta da Casa Civil da Presidência, Tereza Campello, ao Valor. “Quem está comprando terra para isso, pode desistir. Compre área aberta ou já degradada. Do contrário, saberemos. Teremos controles muito duros via satélite”.

Um exemplo: em Mato Grosso, Pará e Rondônia, onde já existem zoneamentos estaduais, é possível plantar em 50% da área. Mas o plano não recomendará recomposição dessas áreas com dendê, uma das principais resistências de ONGs ambientalistas ao plano. “A rentabilidade do dendê é tão alta que não é preciso abrir mais áreas. A lei é uma salvaguarda para a floresta”, diz a executiva. Além disso, o governo sustenta que cada hectare de dendê seqüestra 26 toneladas de carbono na atmosfera, o que ajudará a cumprir as metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.

As indústrias correm atrás do “boom” no consumo mundial do óleo. Em 2008, a indústria brasileira foi obrigada a importar 63% do óleo de palma usado nos mais diversos produtos – de margarinas, biscoitos, massas e sorvetes, passando por sabões, xampus, amaciantes, detergentes, velas e resinas, biocombustíveis e óleos químicos. Em 2003, as importações foram de 18% do consumo.

Hoje, há 66,8 mil hectares ocupados por dendê, mas pelo menos 15 empresas já planejam aumentar a área plantada a 235,5 mil hectares nos Estados do Pará, Bahia, Roraima, Rondônia. Mesmo com restrições na oferta de sementes e mudas, as empresas tem olhado segurança jurídica, aptidão e volume de áreas disponíveis.

O governo argumenta que o plano antecipará as exigências do mercado mundial por uma “palma verde”. Até 2015, os grandes consumidores do óleo assinaram um compromisso de não comprar dendê de áreas desmatadas após 2005. “Vamos antecipar isso em cinco anos”, diz Tereza Campello.

Empresa	Estado	Área Plantada (hectares)	Meta de Expansão (hectares)
Agropalma	Pará	36.000	14.000
Biobrax	Bahia	500	4.500
Biocapital	Roraima	600	5.000
Biopalma	Pará	5.000	/
Ceplac/Petrobras	Bahia	/	1.000
Codenpa/Denpasa	Pará	3.000	5.000
Dentauá	Pará	4.000	6.000
Enerbio	Rondônia	/	25.000
PBIO+Galp	Pará	/	75.000
Marborges	Pará	5.000	6.000
Opalma	Bahia	6.000	/
Palmasa	Pará	1.000	4.000
Rio Negro	Pará	500	5.000
Yossam	Pará	5.000	5.000
BioVale	Pará	/	80.000
Pequenos Produtores	Pará	200	/

Fonte: Casa Civil da Presidência da República

As novas regras para o dendê também incluem restrições ao financiamento a indústrias compradoras de matéria-prima de regiões não recomendadas pelo zoneamento. Quem plantar fora disso, ou comprar de produtores ilegais, ficará sem licenciamento ambiental. Será criada uma nova linha de crédito para agricultores familiares (Pronaf Eco). As linhas de crédito, já aprovadas pelo CMN, terão juros reduzidos (2% a 6,75% ao ano), com carência de 6 anos e prazo de até 14 anos.

Mas, para ter acesso a crédito oficial, o produtor terá que firmar contrato de longa duração com a indústria, de quem terá garantia de receber a cotação internacional do dia. Também haverá garantia de assistência por 160 técnicos treinados. Serão alocados R\$ 60 milhões para programa de pesquisa para genética, sementes, infra-estrutura e parcerias internacionais.

No lado social, o governo calcula que a cultura do dendê gera um emprego a cada 10 hectares - a soja geraria um a cada 180 hectares. E a renda líquida média, no dendê, seria de R\$ 2 mil, na comparação com a média local de R\$ 400 no Norte do País.

Fonte: valor Econômico